



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

HUGO DE OLIVEIRA SILVA

**TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DA ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA (1960/70)**

**GUARABIRA
2020**

HUGO DE OLIVEIRA SILVA

**TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DA ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA (1960/70)**

Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Linha de pesquisa: História, trabalho e economia.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes.

**GUARABIRA
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586t Silva, Hugo de Oliveira.
Trabalhadores da cana-de-açúcar da Zona da Mata
Pernambucana (1960/70) [manuscrito] / Hugo de Oliveira
Silva. - 2016.
15 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Humanidades, 2020.
"Orientação : Profa. Dra. Mariângela de Vasconcelos
Nunes, Coordenação do Curso de História - CH."
1. Cana-de-açúcar. 2. Usinas. 3. Saúde. 4. Trabalho. I.
Título

21. ed. CDD 330

HUGO DE OLIVEIRA SILVA

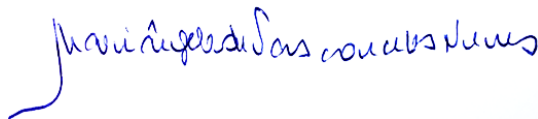
TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DA ZONA DA MATA
PERNAMBUCANA (1960/70)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso de História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em História.

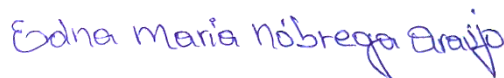
Área de concentração: Trabalho, Poder,
História e Saúde.

Aprovado em: 25/10/2016.

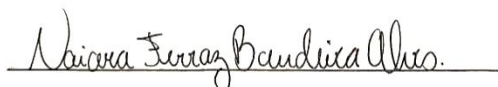
BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Mariângela de Vasconcelos Nunes (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Dr^a. Edna Maria Nóbrega Araújo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof^a. Mestra Naiara Ferraz Bandeira Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Primeiramente ao meu pai, Josemar. Que nos proporcionou a educação tendo em vista a falta de oportunidade do mesmo enquanto jovem. Dedico esse trabalho a minha mãe, Rosely. Minha genitora, que sempre com seu amor maternal nos dava força. A meu irmão, Elton. Sempre companheiro nas mais diversas horas. Aos Professores Francisco Fagundes e Fábio Dantas, que me proporcionaram grandes experiências no meio acadêmico. E por fim, aqueles que me ajudaram para conclusão deste trabalho, DEDICO.

SUMÁRIO

RESUMO	7
INTRODUÇÃO	8
AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS USINA PERNAMBUCANAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES	9
A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	15

TRABALHADORES DA CANA-DE-AÇÚCAR DA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA (1960/70)

SUGAR CANE WORKERS IN THE PERNAMBUCANA FOREST AREA (1960/70)

Hugo de Oliveira Silva¹

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de apresentar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores da cana-de-açúcar a partir das leituras de FILHO (2015) e DANTAS (2018). Mostrando, ainda que brevemente, os movimentos grevistas que aconteceu na zona da mata pernambucana, foram importantes para conquistas de direitos trabalhistas. Foram preciso anos de lutas, movimentos e greves. Mostrando a precariedade das condições de trabalho durante o século XX, em regra geral moravam nas fazendas onde trabalhavam sobre o autoritarismo dos patrões. Quase sempre se alimentavam precariamente e também não tinham assistência médica. A morte nessas localidades fazia parte de cada uma dessas pessoas. Assim, aconteceram movimentos que reivindicam por melhores condições de trabalho para cada um desses lavradores da cana. Alguns destes movimentos explodiram em tomaram conta de todo o nordeste canavieiro do Brasil. Trabalhar e trabalhar, mas com dignidade era tudo que os trabalhadores da cana- de açúcar, do século XX, almejavam.

Palavras-chave: Cana-de-açúcar, Usinas, Saúde, Trabalho.

ABSTRACT

This work aims to present the living and working conditions of sugar cane workers from the readings of FILHO (2015) and DANTAS (2018). Showing, albeit briefly, the strike movements that took place in the area of Pernambuco's forest, were important for the achievement of labor rights. It took years of struggles, movements and strikes. Showing the precariousness of working conditions during the 20th century, as a general rule they lived on farms where they worked under the bosses' authoritarianism. They almost always ate poorly and also had no medical assistance. Death in these locations was part of each of these people. Thus, movements took place that demand better working conditions for each of these cane farmers. Some of these movements exploded and took over the entire sugarcane northeast of Brazil. To work and work, but with dignity was everything that sugar cane workers, in the 20th century, wanted.

Keywords: Sugarcane, Plants, Health, Job.

¹ Graduando em História, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: hugoctg25@gmail.com

INTRODUÇÃO

A luta por melhores condições de trabalho sempre existiu em todo o globo terrestre. Assim, como também, aconteceu em todo o nosso território brasileiro. Em meados do século XX, no Brasil um número considerável de conflitos na zona rural nordestina desencadeou grandes greves de trabalhadores rurais. Antes de estes movimentos acontecerem, tínhamos uma relação entre os trabalhadores livres rurais e seus patrões. Relação esta que lembrava ainda um período pós libertação dos escravos. Assim, tínhamos um ser absoluto que arbitrava em sua propriedade privada. Influenciando, na economia e política do local.

Na zona da mata pernambucana, em meados dos anos de 1960, movimentos sindicais dos trabalhadores rurais e canavieiros, ganharam mais força. Era de suma importância pensar em melhores condições de trabalho e vida para os canavicultores. Afinal, nas localidades onde as usinas situavam-se, só via-se prosperar aquele que nela manda. Ou seja, só o patrão que teria boas condições de vidas e direitos. O restante do povo, teria que enfrentar uma pobreza desoladora. A fome, as doenças a fadiga excessiva entre outros demais doenças. Só piorava mais ainda a vida desses lavradores. A final, os mesmos não estariam doentes e se doentes, eles eram acusados de estar com a doença da vadiagem.

Em resumo, com péssimas condições na questão da alimentação. Os trabalhadores eram praticamente obrigados a trabalhar com seus corpos mal nutridos. O que na hora sabemos que dificultava a execução do serviço. E assim os acidentes no âmbito do trabalho tornaram-se inúmeros. Nas Plantations², como se refere Ferreira Filho, localidades privadas onde se situava as usinas. De certa forma, existiam tantas dificuldades para entrar nelas e localizar seu centro, como também sair das mesmas. Transportes para levar o trabalhador doente ou ferido até um hospital mais próximo também era uma dificuldade extrema. E na maioria das vezes, esses vieram a óbito antes de serem atendidos pelo médico. Segundo FILHO (2015) os postos de saúde não funcionavam como deveriam e muitos não tinham equipamentos e nem funcionários para realizar os primeiros socorros. Por fim, doenças simples como resfriados, infecções e a disenteria que geralmente não causa óbito nas pessoas. Viriam a complicar-se levando o trabalhador a morte. (FILHO. 2015).

² **Plantation:** É um sistema de produção agrícola, utilizado durante o período colonial, baseado na monocultura. Na exportação do produto final e na utilização de grandes latifúndios. Tendo como mão de obra escrava (no período colonial) ou assalariada (no período contemporâneo). FILHO (2015) refere-se as propriedades privadas, onde essas usinas estão localizadas, como *Plantation*. Assim, ao citar o autor, resolvi deixar o mesmo termo que ele usou para se referir as propriedades privadas focadas na produção do açúcar e do álcool.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NAS USINAS PERNAMBUCANAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

Buscando resumir todo um ambiente vivenciado pelos lavradores da cana-de-açúcar. Para isso, pegamos o artigo de Maressa Fauzia Pessoa Dantas. **“ROMPER A LEI POR DENTRO”**: greves na Zona da Mata Pernambucana. Logo, a autora Maressa Fauzia, nos mostra como era na localidade da zona da mata pernambucana, focada na produção sucroalcooleira. Vemos de forma resumida os seguintes quesitos: A) Ainda havia uma herança que sobrevivia desde o período dos engenhos e que imponha um regime trabalhista³ aos lavradores da cana. Logo os proprietários agiam com um posicionamento arbitrário com seus funcionários. Como se fossem ainda “Senhores de Engenho”, nesse caso: “Senhores de Usinas”; B) Com um amplo poder econômico e político centralizados em suas propriedades privadas. Essas localidades eram impenetráveis para as leis e regulamentações trabalhistas; C) Com o passar dos anos, vemos uma alteração nesse quadro. Com o início de conflitos que eclodem na região canavieira pernambucana. Assim, surge uma das mais notáveis greves em 1963; D) O surgimento do *Acordo do Campo*. Que foi um conjunto de negociações, que instituiu as primeiras normas de definições do trabalho na lavoura canavieira. E a formação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Assim Pessoa Dantas cita que nos anos de 1960, foi um importante momento para a história e a trajetória pela luta dos trabalhadores rurais, em especial, dos lavradores da cana-de-açúcar. Todas as pautas levantadas naquele momento eram constantemente vistas pelos políticos da época. Entre eles os mais debatidos eram, a situação dos camponeses que eram expulsos de suas terras. E a consequente exploração extrema desses trabalhadores. Ambas, desencadearam uma grande mobilização em prol dos interesses desses segmentos. Assim a autora relata que ocorreram duas principais reivindicações propostas pelos trabalhadores do campo. A bandeira da reforma agrária e a ampliação da proteção social ao trabalho no campo. Já no âmbito regional, as ações políticas eram tomadas primeiramente através das movimentações sociais e da organização política desses trabalhadores. Assim, tais movimentações exigiam que o governo pernambucano da época tomasse medidas para amenizar os ânimos e os conflitos que ali existiam.

Na zona canavieira, a agitação ganhava maiores proporções ao passo em que se propagava a instituição de sindicatos rurais. Nessa corrida pela carta sindical, diversos agentes se mobilizaram a partir das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro – PCB, e, sobretudo, vinculados aos setores da Igreja Católica. (DANTAS. 2018. p. 4)

Citando como ganhava dimensão considerável as agitações na zona canavieira pernambucana. Dantas afirma: “Segundo Abreu e Lima (2012, p. 73), no decorrer de 1963 “A Delegacia Regional do Trabalho registrou um total de 44 greves, mas sem incluir as pequenas e médias paralisações ocorridas no campo, particularmente em engenhos”. O ponto alto dessas ações ocorreu em novembro, momento em que os trabalhadores paralisam as atividades por três dias, representando o “[...] coroamento de uma série de lutas e pequenas greves levadas durante todo o ano nos engenhos

³ Durante a época colonial, o trabalho nos engenhos era executado de duas formas. Usando a mão de obra escrava e a outra assalariada. Existiam engenhos que empregavam os dois tipos de mão de obra. E ambas as formas de empregabilidade, eram postas em ação em um trabalho especulativo e forçado. Com péssimas condições de moradia, salários baixos e pouca alimentação. Agora, no século XX, o regime permanecia o mesmo, porém sem a mão de obra escrava.

e usinas, algumas espontâneas, outras, preparadas” (ABREU E LIMA, 2012:75. In: DANTAS. 2018. p. 4). Ainda durante esse tempo, a autora cita que houve a criação de uma comissão com os representantes dos patrões, juntando o Governo do Estado que na época era Miguel Arraes. Acrescentando a comissão estavam a Delegacia Regional do Trabalho e do movimento sindical. Estavam presentes também: o secretário estadual do Trabalho, a comissão das Ligas Camponesas, o PCB e representantes da Federação. Ambos tinham como objetivo acabar com os conflitos existentes na época. E mais precisamente, concluir a greve dos trabalhadores de novembro. Por fim, tudo se concluiu com a criação de um instrumento com a capacidade de regulamentar o trabalho na lavoura canavieira. Esse instrumento foi denominado de Acordo do Campo.

Portanto, cita-se: “Este acordo instituiu as primeiras normativas que definiram as condições de trabalho na lavoura canavieira em termos mais precisos. Com ele foi estabelecida uma Tabela de Tarefas cujo quadro reúne as atividades desempenhadas na lavoura canavieira durante diversas etapas do processo de cultivo e colheita. Nesse quadro, foram definidas as proporções do trabalho a ser executado e sua equivalência para o ganho da diária. A Tabela estabelece as tarefas a serem executadas conforme entendimento seja pela opção do cumprimento de uma jornada de trabalho ou conforme cotas de produção.” (DANTAS. 2018. p. 5)

Fora neste contexto marcado por disputas e conflitos de interesses entre patrões e trabalhadores rurais, notadamente, da cana-de-açúcar que o Ex-presidente João Batista de Figueiredo (1979-1985), esteve no Nordeste e visitou uma usina da zona da mata pernambucana. Lá conversou com seu José, um trabalhador canavieiro. A certo desta conversa foram revelados em um jornal de São Paulo⁴. De acordo com essa fonte, o trabalhador canavieiro havia tratado algumas questões com o ex-presidente. Nesse diálogo vieram à tona alguns problemas do mundo do trabalho, denunciados por seu José, na ocasião do encontro com o Presidente Figueiredo.

A PRECARIIDADE DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Com base, nesta entrevista vamos apontar algumas breves questões sobre as condições precárias de saúde e assistência médica dos trabalhadores da Cana-de-açúcar, na zona da mata pernambucana.

O conteúdo das entrevistas denuncia o descaso que era vivido pelos trabalhadores das usinas durante o ápice do programa Proálcool. Assim no diálogo entre as personagens, vale ressaltar as seguintes informações que nos ajudam a entender melhor como era a vida desses lavradores que trabalhavam nas usinas durante o final da década de 70 e início da década de 80. São elas: A) Os trabalhadores das usinas que residem no ambiente de trabalho. Moram em casas emprestadas para que os mesmos estejam próximos ao trabalho. Os trabalhadores

⁴ CARVALHO, Ricardo R. de. As viagens do presidente. In: **Jornal da República**, São Paulo, 19 out. 1979, p. 5 apud BERNARDES, Denis A. de M. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. In: COSTA LIMA, Marcos (org.). **A Sociologia de Octávio Ianni: uma abordagem**. Recife: EDUFPE, 2005, p. 44-45. In: FILHO, José Marques Ferreira. **A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil**, 2015:241. In: OLIVEIRA, Tiago Bernadon. **Trabalho e trabalhadores do nordeste: análises e perspectivas de pesquisa históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: ADUEPB, 2015.

não tinham direitos a moradia própria e assim que os mesmos se desligavam do trabalho, eram convidados e ou na maioria das vezes forçados a se retirarem do local onde até então moravam. B) Não tinham direito ou por conta da falta de conhecimento, sobre os acordos com INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), não existiam ou não eram executados. Logo não conseguiam a aposentadoria. C) O sustento da família não se dava somente pelo trabalho do pai, mas também com a ajuda da esposa e dos filhos que ainda em seu momento infantil, tinham que ajudar no corte da cana-de-açúcar. Logo, as crianças não tinham acesso à educação. D) Embora, fosse frequentes os acidentes, em regra geral, os trabalhadores não tinham acesso a tratamentos. Logo, sempre que algum trabalhador precisava de tratamento médico. O mesmo não o recebia como devia e muitos quando chegavam aos hospitais eram avisados que não tinham, direito ao tratamento.

Retomando ao autor mencionado, acima, vemos uma relação em que o trabalhador se submetia ao patrão. O ex-presidente Figueiredo usava o sistema de moradia, para sustentar o discurso que os trabalhadores eram amplamente beneficiados por seus patrões. No que diz respeito a esta questão, Ferreira Filho disse:

De forma velada, a relação de moradia – em que o morador de engenho era, segundo a literatura, amplamente beneficiado pelo senhor de engenho – apareceu logo na primeira pergunta do Presidente. A referência de Figueiredo a não necessidade de pagar aluguel parece soar, de início, como certa tentativa de fazer com que José se sentisse em dívida com o senhor proprietário do imóvel em que vivia com sua família. Embutida nessa questão, parecia estar a tentativa de convencê-lo de que não teria motivos para aderir a nenhuma greve contra patrões tão generosos que lhe permitia viver, com esposa e mais seis filhos, numa casa pela qual não precisava assinar contrato de aluguel para nela morar. (*FILHO. 2015. p. 243*)

A postura do ex-presidente durante a entrevista já mencionada mostra tentativas dele em acalmar os ânimos dos lavradores que participará da segunda maior greve da história do setor sucroalcooleiro do estado de Pernambuco, o ex-presidente de forma estratégica e inteligente buscava em suas palavras conter as insatisfações daquele segmento social que se mostrava bastante insatisfeito. Causados pela greve percebemos as estratégias do presidente para desmobilizar o seu interlocutor, ou seja, o seu José. E, desta forma, diminuir novas ações grevistas.

Entretanto a entrevista também mostra as artimanhas de seu José diante do ex-presidente letrado e culto, que buscava evadir-se de questões caóticas denunciadas na fala deste trabalhador, que antevendo, a finalização estratégica do diálogo, apressou-se como disse Ferreira Filho :“Talvez por falta de atenção na resposta de Maria ou, quem sabe, por simples ignorância organizada, o representante maior do Brasil faz uma última pergunta a José, a mesma que sua esposa acabara de responder. Sem perder a oportunidade, e já percebendo que aquele ‘diálogo’ não se estenderia por muito mais tempo, o homem do campo aproveitou para concluir denunciando o segundo maior problema, depois da fome, enfrentado em todo o Nordeste açucareiro: a falta de assistência médica em caso de doenças e acidentes de trabalho.” (*FILHO. 2015. p. 244*). No que diz respeito as condições de saúde dos trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, Ferreira Filho observou:

Baseado numa análise que cruza referências da literatura médica (estudos clínicos, dietéticos e bioquímicos) com dados coletados em prontuários médicos, analisa, numa perspectiva histórica, o processo

de adoecimento dos trabalhadores do açúcar. A primeira parte discute a fome e a desnutrição; já a segunda compõe uma análise conjunta de dados coletados no Arquivo do Hospital Barão de Lucena (conhecido como Hospital das Usinas) entre os anos 1963 e 1973. Considerado em seu todo, o artigo argumenta que a maior parte das doenças que afligiam a classe trabalhadora do açúcar decorria do processo de trabalho nos engenhos e nas usinas. (FILHO. 2015. p. 244)

Em todo Nordeste brasileiro, segundo o autor, a *plantation* era uma área extensa que era composta por milhares de engenhos. Os engenhos que depois se tornariam usinas, que segundo o autor eram: “unidades relativamente autossuficientes, semifechadas e dominadas por milícias privadas fortemente armadas. A *plantation* era, ao mesmo tempo, um espaço de poder e um modelo de produção sobremaneira sofisticado, que funcionou com base no controle corporal de centenas de milhares de indivíduos.” (FILHO. 2015. p. 244). Assim o autor conclui que dentro dessas localidades, que na maioria das vezes sobreviviam a séculos funcionando. Não teria limites para o uso do poder e da violência. Somando esse regime trabalhista que explorava e especulava mais e mais de seus lavradores. Que exercia um domínio extremo sobre eles, tanto em questão da exploração sobre o seu tempo como a sua vida e que tal exploração era exercido por um pequeno grupo de empresas. O que, por fim, contribuiu na formação de um exército de doentes.

Vemos também que essas *plantations* tinham seus próprios costumes, suas próprias leis e formas de se fazer a justiça. Assim como também o autor relata que existiam moedas próprias para serem usadas dentro de cada área industrial voltada a produção sucroalcooleira. Essas localidades proporcionavam certa segurança aos moradores, quanto a questão alimentar. O autor então cita: “...as supostas vantagens materiais compreendidas no regime de morada (moradia, assistência em caso de doenças e morte, acesso à lenha e água, além da proteção do senhor) existiam apenas no plano conceitual.” (FILHO. 2015. p. 245). Logo, deduzimos que tal segurança relacionada às questões de moradia, assistência médica e alimentar, era usada como uma desculpa para manter os lavradores fadados ao regime impostos por seus patrões. Por fim, o autor vai citar que questões como assistência médica não eram tão atendidas. Que questões como a fome, o trabalho exaustivo, e a precariedade das moradias eram fatos do dia-a-dia de cada lavrador. E estas condições precárias de vida só facilitavam mais ainda para o agravamento de doenças simples.

Nessas terras esquecidas, onde a somatória de fome e de trabalho exaustivo compunha o dia a dia de homens igualmente esquecidos, a falta de assistência médica e de medicamentos adequados e as precárias condições de habitação faziam com que doenças com tratamentos relativamente simples adquirissem a gravidade que beirava o risco de morte. Sem sistema de saúde, transporte, saneamento e abastecimento alimentar fornecidos pelo Estado, os engenhos constituíam territórios situados fora da ordem jurídica normal. (FILHO. 2015. p. 244)

E existia também uma grande carência dentro dessas localidades sucroalcooleira, quanto a questão voltada aos postos de saúde e hospitais. Que unia a grande dificuldade de se transitar dentro daquelas áreas. Ou seja, a locomoção dos indivíduos tanto para dentro, como para fora desses *plantations*, não era facilitada. O que dificultava o tratamento de pessoas doentes ou acidentadas. Assim complemento com o autor: “Mesmo em época recente, a precariedade dos serviços de saúde na

zona canavieira era notória. Ainda nos anos 1970, nessa vasta extensão de terra, havia poucas unidades de saúde e municípios inteiros que não dispunham de nenhum leito para os pacientes que demandavam tratamentos mais complexos e/ou eventual internação. Mesmo nas cidades, com maior estrutura do que os engenhos, o atendimento de saúde era incerto.” (FILHO. 2015. p. 245-246)⁵

Continuando com a carência em assistência médica dentro do perímetro que abrangia toda a usina. O autor cita uma instituição que problematizava na época, como era a situação da saúde nessas localidades pernambucanas. Temos então, a *FIAM* (Fundação de desenvolvimento municipal do interior de Pernambuco), que até o final dos anos 1980, coletou os seguintes dados: “i) era raro encontrar postos de saúde na maioria dos engenhos; ii) era frequente encontrar postos médicos fechados por meses e, às vezes, por anos; iii) na maior parte dos engenhos, não existia qualquer tipo de equipamento de saúde; e iv) o traslado dos doentes era feito em redes ou camas, e era necessário percorrer longas distâncias.” (FILHO. 2015. p. 247). Tudo isso ainda se dificultava ainda mais em certas épocas. Entre elas, os trabalhadores tinham que enfrentar: A) A dificuldade de não ter acesso a um atendimento médico mais especializado. Pois o mesmo não existia ou eles não teriam o direito a tal tratamento; B) Limitações impostas pelos usineiros, como dificuldade financeira ou como citei antes, dificuldade de locomoção por essas localidades rurais.

Assim, com a inauguração do Hospital Barão de Lucena, em 1958 no Recife. O mesmo passa a ser usado como novo caminho para amparar os lavradores da cana-de-açúcar e trabalhadores rurais em geral. Inovando assim, sua assistência médica de tal forma que nenhum outro hospital teria. E tinha como objetivo atender toda a zona canavieira pernambucana. Logo ficou conhecido como: *O Hospital das Usinas*. Inicialmente por ser localizado na capital pernambucana e muito distante da zona canavieira pernambucana, o mesmo apresentou uma grave falha com os lavradores da cana. Deficiente na execução dos serviços voltados a saúde, o hospital aconselhava que a maioria dos tratamentos iniciais, relacionados com acidentes de trabalho, fossem executados ainda nas usinas pelos canavieiros companheiros de profissão. Logo, via-se uma assistência improvisada com a falta de material e de higienização mínima necessária para se executar essas tarefas. Tudo isso, na maioria das vezes agravava ainda mais o quadro do paciente⁶.

Nesses momentos, os conhecimentos fitoterápicos tradicionais eram postos em prática: comumente, os trabalhadores espremiam caldo de cana para que a sacarose, eficiente cicatrizante, facilitasse a obstrução do fluxo de sangue. Dependendo da profundidade, do comprometimento dos vasos superficiais e do tempo despendido até um atendimento ambulatorial adequado, os acidentes poderiam levar a óbito. Ademais, existia um alto risco de infecção e gangrena, devido à precariedade dos cuidados e à ausência total de higiene. (FILHO. 2015. p. 248)

⁵ Ver dados coletados do *Censo de Assistência Médico-sanitária*. Mapa da distribuição dos serviços de saúde e dos leitos na zona canavieira de Pernambuco nos anos 1970. Em (FILHO, José Marcelo Marques Ferreira. **A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil**. 2015. p. 246-247).

⁶ **Quadro do paciente** – Também conhecido como Quadro Clínico, são um conjunto de sintomas visíveis sentidos pelo paciente durante a avaliação que o médico faz ao consulta-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou reafirmar as questões voltadas às lutas dos trabalhadores da cana-de-açúcar na zona canavieira pernambucana. Tomando como foco a pesquisa bibliográfica, trouxe à tona os movimentos grevistas que aconteceram em meados de 1960 em toda zona canavieira do estado de Pernambuco. Assim, como também os primeiros passos para chegarmos onde hoje conhecemos e temos como a Legislação do Trabalho. Assim, levanto inicialmente de forma resumida a trama que deu início as mobilizações tomadas pelos trabalhadores rurais e pelos lavradores da cana-de-açúcar.

Partindo para o âmbito interno e relacionando a vida desses trabalhadores dentro das *Plantation*, como Ferreira Filho costuma citar em seus textos. A pesquisa mostrou a precariedade das condições de moradia enfrentadas por pelos trabalhadores canavieiros, que eram precárias, não tinham o direito a casa própria nem que seja para morar em uma casa de taipa. Os mesmos habitavam tais localidades como se vivessem de favor. Este seria um lugar cedido pelo patrão para que os trabalhadores não se distanciassem do trabalho e ficassem ali, contidos em um tipo de dominação serviçal, patrão e lavrador.

Vimos que cada uma dessas usinas abrangiam um certo território de propriedade particular. O que se percebe ter um longo e extenso caminho até chegar ao olho daquela localidade canavieira, onde realmente a produção do álcool e do açúcar era finalizada (a usina). Vimos a dificuldade quanto a questão de localização dessas localidades, que na maioria das vezes tornavam difícil o atendimento médico ou os primeiros socorros de quem sofresse um acidente no trabalho. A saúde não era de qualidade, nas Plantations não existiam postos de saúde e se existiam os mesmos não funcionavam como deviam. Nem todos os lavradores tinham acesso ao Hospital das Usinas ou tinham o direito de serem tratados. Assim a pesquisa mostrou como viviam os trabalhadores rurais no âmbito das usinas.

REFERÊNCIAS

- FILHO, José Marques Ferreira. **A indústria dos corpos exauridos na plantation açucareira no Nordeste do Brasil**, 2015:241. In: OLIVEIRA, Tiago Bernadon. Trabalho e trabalhadores do nordeste: análises e perspectivas de pesquisa históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: ADUEPB, 2015;
- BEZERRA, Marcela Heráclio. **“Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo”**: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980, 2015:329. In: OLIVEIRA, Tiago Bernadon. Trabalho e trabalhadores do nordeste: análises e perspectivas de pesquisa históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: ADUEPB, 2015;
- MOREIRA, Emília. TÔRRES, Éricson da Nóbrega. SILVA, Richarde Marques. TARGINO, Ivan. **Espaço Agrário e Tecnologia Agrícola na Zona da Mata da Paraíba**. Cadernos do Logepa - vol. 3, n. 2, João Pessoa, 2004;
- MOREIRA, Emília. TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996;
- DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa. **“ROMPER A LEI POR DENTRO”**: greves na Zona da Mata Pernambucana. IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais: 2018.